

Francisco Miguel Paulo

Economista e Investigador Auxiliar

Quão Importante é Agricultura para o Governo Angolano?

A 15 de Dezembro 2017, o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, acompanhado do Senhor Ministro das Finanças, procedeu à entrega da proposta do Orçamento Geral de Estado (OGE) para 2018 ao Presidente da Assembleia Nacional para a devida apreciação, discussão e aprovação pelos Senhores Deputados.

Sendo o Estado um importante agente económico, o seu orçamento afecta profundamente o curso da economia e revela a sua função de preferência. As despesas inscritas no OGE possibilitam discernir a importância relativa que o Governo atribui a um determinado sector da vida económica, social e política do país.

A proposta do OGE para 2018 apresenta, no resumo das despesas por função, dez principais sectores: Serviços Públicos Gerais (com uma alocação de 9,47% do total das despesas); Defesa 5,63%; Segurança e Ordem Pública 4,44%; Educação 5,41%; Saúde 3,36%; Protecção Social 7,03%; Habitação e Serviços Comunitários 3,69%; Recriação – Cultura e Religião 0,34%; Assuntos Económicos 7,89% e a Protecção Ambiental 0,08%¹.

Dentro da função dos assuntos económicos encontra-se, entre outros, o sector de agricultura, que é de suma importância para o combate à pobreza, para a segurança alimentar, para a diversificação da economia nacional (pois é o fornecedor de matéria-prima por excelência para a manufactura), para a geração de emprego (é geralmente intensivo em mão-de-obra), etc.

É interessante notar que as estatísticas sobre o emprego por sectores de actividades dão conta que o sector de agricultura é o que mais emprega pessoas no país. Os dados indicam que de 2002 a 2016, em média, 51%² das pessoas empregadas estavam a trabalhar no sector agrícola. Este sector tem a particularidade de não exigir muita mão-de-obra qualificada. Assim, muitos vendedores ambulantes (zungueiros e zungueiras) poderiam ser atraídos ao sector e reforçar a mão-de-obra nas aldeias se se fizer uma aposta séria e garantir que seja visto como um sector gerador de rendimento.

A agricultura praticada no país é usualmente encarada em duas perspectivas: a agricultura empresarial e a agricultura familiar, o que em rigor não deveria ser assim, pois dentro de cada “categoria” encontramos semelhanças e diferenças que justificariam outro tratamento. Com tal ressalva, podemos dizer que a chamada agricultura familiar é responsável por 95% das áreas cultivadas ou semeadas e mais de 90% da produção. E é interessante notar que mais 63% da área cultivada pela agricultura familiar é feita, como diz o agrónomo Fernando Pacheco, usando “tecnologia extremamente rudimentar”, com o uso predominante de enxadas e catanas. Os agricultores familiares têm ainda sérias dificuldades em escoar a produção devido à falta de um

¹ O restante 52,38% será para as operações do serviço de dívida pública. Mas a que dívida se trata, quando e onde foi contraída, em que foi aplicada e que resultados foram obtidos? É importante que o Executivo esclareça essas perguntas, pois o ónus desta dívida é de todos os contribuintes.

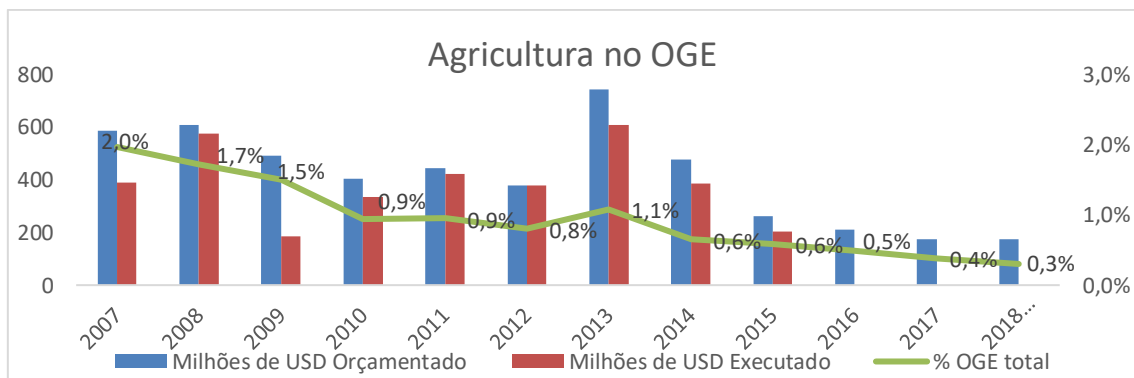
² CEIC-UCAN: Relatório Económico de Angola 2016, página 206

sistema estruturado de comercialização dos produtos agro-pecuários, incluindo estradas adequadas que ligam as zonas de cultivos às estradas principais ou às sedes das aldeias e vilas.

Os agricultores familiares precisam de apoios especializados em assistência técnica, o que inclui o uso adequado dos solos, das sementes e dos fertilizantes, o combate a doenças e pragas, a prática de irrigação, etc. Para tal, o Executivo deveria providenciar a estruturação adequada do sistema de extensão rural, o que só será possível com investimento adequado na formação dos técnicos e no apetrechamento dos serviços a nível dos municípios e das comunas, e investir mais na investigação científica.

Desse modo, o potencial enorme representado pelo universo dos agricultores familiares poderia ser aumento através de uma maior eficiência e do aumento da produtividade. Mas para tal são necessários recursos financeiros.

Ora, como se pode observar no gráfico, nos últimos dez anos o Governo tem vindo a alocar ao sector agrícola recursos insignificantes no OGE, tendo em conta a importância económica e social do sector. O mais grave, porém, é que dessas verbas apenas uma percentagem irrisória foi afectada à agricultura familiar, sendo a outra dirigida para projectos públicos megalómanos com muito pouca eficácia e eficiência. A proposta para o OGE de 2018 contempla uma verba de apenas Kwanzas 29 mil milhões (cerca de USD 176 milhões), representando 0,3% do total de despesas! Como se pode desenvolver agricultura com tão pouco dinheiro? A título comparativo, a Guiné Bissau aloca em média 7% do seu OGE para agricultura e Malawi cerca de 15%³.



Quando o Senhor Presidente da República, João Lourenço, fez a abertura oficial da campanha agrícola 2017/2018, na Província do Huambo, deu um sinal que o actual Governo daria mais atenção ao sector, mas não é o que se verifica na proposta do OGE para 2018. Vamos esperar pelo OGE de 2019.

³ Dados da FAO (<http://www.fao.org/economic/ess/investment/expenditure/en/>)